



## Assembleia Nacional

### **DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE, DR. AUSTELINO CORREIA, NA XI AP-CPLP**

*Assembleia da República Portuguesa - Lisboa, 24 de outubro de 2022*

Senhor Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e da Assembleia Parlamentar da CPLP

Senhor Presidente da Assembleia da República Portuguesa

Senhoras e Senhores Presidentes dos Parlamentos Nacionais, presentes neste encontro

Senhoras e Senhores Chefes das Delegações Parlamentares

Senhoras e Senhores Deputados e membros desta Assembleia

Senhor Secretário Executivo da CPLP

Digníssimos Convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Prevaleço-me desta oportunidade para vos cumprimentar e manifestar o meu regozijo por mais uma vez nos podermos encontrar, nesta bela e acolhedora cidade de Lisboa, na qual nos sentimos sempre em casa.

Cumprimento especialmente o meu colega e amigo Dr. Augusto Santos Silva, digníssimo Presidente desta casa, por ter-nos acolhido e bem, mas, sobretudo, pela sua participação na preparação deste encontro.

Auguro que será uma boa jornada de trabalho e que, no final, as recomendações que daqui dimanarem sejam instrumentos para o fortalecimento da nossa instituição parlamentar comunitária.

Eu e a delegação que me acompanha, trouxemos mantenhais da Praia e a determinação de contribuir positivamente para que os temas agendados sejam completa e



## Assembleia Nacional

aprofundadamente discutidos e resultem em avanços para o fortalecimento da CPLP e, mais especificamente, da nossa AP-CPLP.

O lema escolhido para esta XI reunião, “*A livre circulação de Bens e Serviços*”, é desafiante e oportuno.

Desafiante porque é de concretização aparentemente difícil, tendo em vista o enquadramento específico dos nossos países, a conjuntura reinante a nível global prenhe de desafios e instabilidades, a pertença de cada um de nós a espaços económicos de dinâmicas e potencialidades diferentes e a especificidade de cada uma das nossas economias.

Oportuno porque é o projeto lógico e sequencial do *Acordo de Mobilidade* que aprovamos em Luanda, em julho de 2021.

A CPLP surge como um espaço linguístico, histórico e cultural, nos idos dos anos de 1996.

Desde a sua conceção, tem desempenhado um papel de relevo nos processos de cooperação e a concertação político-diplomática entre os seus Estados membros. Sendo, aliás, este um pilar central da sua ação e um dos elementos marcantes na sua filosofia de ser, de estar e de operar nas relações internacionais.

Mas é importante realçar que, também desde o início, se foi construindo a ideia da necessidade de se transformar esta comunidade de Estados numa comunidade de Povos.

Cedo entendemos que, pelas suas potencialidades e pela complexidade das relações históricas, económicas e culturais identificadas, certamente haveria espaço para uma diversificação das nossas relações, aumentando a sua abrangência e fazendo das sinergias oportunidades para se alcançar um grau de desenvolvimento comum superior e propiciador de maior bem-estar para os nossos povos.

Construir a CPLP dos povos significa fortalecer a amizade e aumentar as cumplicidades entre esses povos.



## Assembleia Nacional

A língua comum e a história e cultura partilhadas continuam a ser importantes, mas não bastantes.

A este nível, a amizade é fortalecida pelo conhecimento mútuo. E conhecimento mútuo só se consegue no contacto direto, na identificação de interesses partilhados e com estratégias de intervenção comum.

O primeiro passo foi dado com a institucionalização de um mecanismo de facilitação da mobilidade intracomunitária: o *Acordo de Mobilidade* já em vigor.

O segundo deverá ser no sentido da real implementação desse acordo, para que ele possa estar disponível para os cidadãos.

O terceiro passo, sem dúvidas, deve ser a facilitação da circulação de bens e serviços entre os 9 Estados que somos. É a sequencia lógica deste percurso.

As dificuldades provocadas pelas diversas crises por que passa o mundo, constituem-se em oportunidades para darmos este passo.

Mas não nos iludamos: o aproveitamento desta oportunidade exige dos nossos políticos e dirigentes do Estado uma visão de futuro, uma capacidade suplementar para captar o sentir das nossas sociedades e seus representantes: nossos empresários, nossos homens de cultura, nossos académicos; nossos jovens; nossos empreendedores e nossos inovadores.

À semelhança do que fizemos com o acordo de mobilidade, precisamos nos pôr de acordo sobre a importância, as vantagens e os inconvenientes de uma livre circulação de bens e serviços, no seio da CPLP.

As potencialidades e fraquezas dessa livre circulação; os constrangimentos e condicionamentos atuais e futuros; os recursos necessários; as diferenças políticas, económicas e sociais de cada estado; as reais possibilidades de envolvimento das forças vivas da sociedade; o *timing* necessário para a implementação de um projeto do tipo.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde e seus Deputados ainda estão na fase dos questionamentos.



## Assembleia Nacional

Creio que estamos todos!

Numa primeira abordagem nos parece que o projeto tem todas as condições para singrar, desde que haja uma vontade política consensualizada.

Mesmo perante as nossas diferenças geoestratégicas, político-institucionais e culturais; mesmo perante os interesses conjunturais de cada um; é sempre possível encontrar um máximo denominador comum, quando a vontade política e os interesses de futuro assim o ditarem.

Senhor Presidente,

Caros colegas,

Minhas senhoras e meus senhores.

A CPLP é um espaço de mais de 10 milhões, 740 mil km<sup>2</sup> (superior à área do continente europeu e mais de um terço da do continente africano). É possuidora de enormes e diversificados recursos naturais.

Embora geograficamente fragmentado, tem como substratos uma língua comum, oficialmente falada por 290 milhões de pessoas, um passado histórico partilhado de vários séculos e uma cultura com inúmeros traços e momentos de sobreposição.

Ao qual se acresce uma vivência humana e referencial muito forte, valorizada e promovida por todos.

As relações internacionais indiciam mudanças profundas nos próximos tempos, com fortes probabilidades de estabelecimento de uma nova ordem mundial e de uma nova geoestratégia.

Várias crises assolam o Planeta, com proporções ainda incertas sobre a vida das pessoas.

Os países se organizam como podem para lutar contra um aumento generalizado dos preços; contra uma crise energética grave; contra uma insegurança alimentar que promete



## Assembleia Nacional

prolongar-se no tempo e ameaça com cenários de escassez de produção e disponibilidade de alimentos em extensas regiões do planeta; contra uma crise climática e ambiental que pode afetar, de forma irreversível, o nosso modo da vida; contra uma crise energética que arrasta consigo uma crise inflacionária de grande dimensão.

A instabilidade nas relações internacionais, devido a inúmeros focos de conflito militar e diplomático, agrava as perspetivas de futuro.

Este mundo em crises, que tantos problemas nos trazem, também podem representar oportunidades para as nações e os povos.

Oportunidade para o estabelecimento de novas formas de cooperação.

Oportunidade para novos modelos de desenvolvimento;

Oportunidade para se equacionar o posicionamento de cada um, na nova ordem mundial em perspetiva.

Afinal, grande parte do espaço da CPLP é produtor de energia e potencialmente produtor de alimentos.

### Que papel nos podemos reservar?

Pode ser que a [livre circulação de bens e serviços](#), na nossa comunidade, seja um instrumento importante para nós no contexto global próximo e futuro emergente.

### Como o saberemos?

A resposta está, certamente, numa maior capacidade de análise e decisão; num maior conhecimento das nossas potencialidades e das nossas fraquezas; no engajamento político-estratégico dos nossos governantes; na envolvente social e produtiva que pudermos criar nos nossos países.

Apesar das incertezas ainda existentes, creio que, em cumprimento do mandato assumido por Angola, aquando da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em julho 2021 em Luanda, esta questão da [livre circulação de bens e serviços](#)



### Assembleia Nacional

é um desígnio da Comunidade e deve ser encarada e estudada com a profundidade necessária a uma tomada de decisão tempestiva.

Por isso, e para terminar, gostaria de fazer uma proposta a este plenário, no sentido de, no quadro dos artigos 3º, alínea i), 13º, número 1, alíneas b), d) e k) e nos termos do artigo 16º, todos dos Estatutos da AP-CPLP, conjugados com o artigo 15º, número 3, alíneas a), b) e d), dos Estatutos da CPLP, adotar uma **DELIBERAÇÃO** recomendando à Presidência da Comunidade a criação de uma equipa de trabalho para analisar a questão em profundidade e propor medidas tendentes à criação de um quadro que propicie o estabelecimento da *livre circulação de bens e serviços no espaço da CPLP*.

Devendo o Comunicado Final destacar tal decisão, caso ela venha a ser tomada.

Esta é a nossa contribuição.

Muito obrigado!